Pregão/Concorrência Eletrônica

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023

Ilustríssim Sra. Pregoeira Thaisa Cabral Albuquerque

A LP DO BRASIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV. Osvaldo Reis, 3487, Sala 104, Praia Brava De Itajaí, Itajaí, SC- CEP 88.306-773, inscrita no CNPJ 11.468.157/0002-43, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro na alínea "a", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93 e artigo 44 do Decreto 10.024/2019, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão da Senhora Pregoeira que aceitou a proposta da licitante 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Decreto 10.024/2019:

"Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias."

A intenção de recurso apresentada pela recorrente foi aceita pela senhora pregoeira em 20/10/2023, sendo concedido o prazo legal de 3 dias úteis para apresentação da peça recursal, prazo que finda em 25/10/2023, conforme expresso no próprio sistema compras.gov, data efetiva da apresentação desta peça, ficando comprovada a sua tempestividade.

OS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucedeu que, após a análise da proposta apresentada pelos licitantes, a Sra. Pregoeira culminou por julgar aceita a proposta da empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, ao arrepio das normas editalícias.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar proposta em conformidade com as exigências editalícias, conforme itens nº 4.3 e 8.12, do Edital e declaração a ser sinaladas pelos licitantes no sistema Compras.gov.

"O encaminhamento de proposta de preços será considerado como evidência de que o Licitante examinou e tem pleno conhecimento do presente Edital e dos seus anexos, inclusive quanto as descrições e observações constantes no Termo de Referência; aceita as cláusulas e condições deste Edital, eventuais aditamentos e esclarecimentos complementares e, ainda, tem condições e compromete-se a fornecer o objeto contratual pelo valor, prazos e especificações constantes da proposta de preço."

Supondo ter atendido tal exigência, a proponente 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, apresentou proposta documentação de forma irregular, pois o formato não atende as especificações do edital, assim como há indícios de que o atestado pode não corresponder à realidade do que fora ofertado, conforme explanaremos abaixo.

DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Um fato que nos chamou bastante a atenção foi o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa. A empresa recorrida, apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela empresa "JARDEL J VIEIRA EIRELI- CNPJ 05.556.839/0001-24". Importante destacar que o atestado não menciona os quantitativos dos itens supostamente entregues. Desta forma, fica prejudicada a conferência da compatibilidade do atestado com o quantitativo licitado. Ainda que o edital não mencione o quantitativo mínimo a ser apresentado no atestado, a de se convir que o fornecimento de uma ou duas unidades não comprova que a empresa consiga entregar 75 unidades, quantidade esta licitada neste Pregão. O próprio TCU já pacificou que é lícito os editais exigirem demonstração de capacidade técnica correspondente à 50% do quantitativo licitado.

"Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara, relator: Bruno Dantas

É irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível."

Ainda que o edital não tenha trago parâmetros claros sobre este assunto, entendemos ser prudente que a Sra. Pregoeira faça diligências a fim de comprovar que o quantitativo ofertado é compatível com o objeto da licitação. O próprio edital deixa claro a necessidade de que o atestado traga as informações de forma clara, e que em caso contrário seriam feitas diligências:

"11.2.4.1.1 O atestado deverá ser apresentado, preferencialmente, em papel que identifique a empresa declarante e deverá constar a razão social, o CNPJ, o endereço, o nome e o telefone de um representante da contratante, para confirmação dos dados, devendo, também, conter as seguintes informações: especificações claras do objeto fornecido ou serviço prestado, período do fornecimento ou execução e, ainda, confirmar o atendimento satisfatório de todas as obrigações contratuais pactuadas."

Ao fazer diligências, observamos que a empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA é MEI, e está localizada

há apenas 10 min da empresa JARDEL J VIEIRA EIRELI. Ainda que não haja nenhuma irregularidade nestes fatos, causa estranheza, que uma pequena do tipo MEI, revendedora de itens diversos, tenha fornecido Secadores de mãos para uma outra empresa revendedora dos mesmos tipos de itens. Não é comum que revendedores comprem de revendedores. Geralmente dos revendedores fazem suas aquisições diretamente dos fabricantes ou grandes distribuidores.

Os fatos acima relatados, suscitam no mínimo a necessidade de que sejam abertas diligências, para que a empresa comprove por meio de notas fiscais de que o fornecimento realmente foi feito.

“Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)”.

Por este motivo, vom base no Diretio de Petição que nos é dada pelo Art. 5º da constituição, solicitamos que sejam realizadas as devidas diligências, a fim de se garantir que todas as exigências editalícias foram atendidas de forma cabal, sem qualquer tipo de vantagens criadas pela RECORRIDA.

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que sejam realizadas as diligências solicitadas e caso necessário seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA, INABILITADA, para prosseguir no pleito.

Resumindo o pleiteado:

- 1) Solicitamos a realização referente ao atestado de capacidade técnica apresentada pela RECORRIDA;
- 2) Que caso não seja comprovada a veracidade do atestado apresentado, seja inabilitada a empresa 48.000.949 MATHEUS CARDOSO ROZERA;
- 3) Que sejam convocadas as próximas empresas, até que tenham sido atendidas todas as exigências legais;

Outrossim, lastreadas nas razões recursais, requer-se que esse Pregoeiro reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo, além do art. 13, IV do Decreto 10.024/19.

Destaca-se ainda que caso o presente seja julgado improcedente, mediante a gravidade dos fatos aqui expostos, a RECORRENTE, procederá com DENÚNCIA e REPRESENTAÇÃO junto aos órgão responsáveis, para que ATOS ILEGAIS como estes não continuem assolando as Licitações Públicas.

Nestes termos, pede-se deferimento,

Valdir de Oliveira

CPF:256.306.388-40 / RG: 26.643.683-3

CRA-SP 109174 Itajaí, 25 de outubro de 2023.

Fechar